

A CONSTRUÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

THE CONSTRUCTION OF PROFESSIONAL ETHOS IN THE SOCIAL WORK

Cacildo Teixeira de Carvalho Neto*

Rosemeire dos Santos**

RESUMO: O debate do ethos profissional inicia na construção de uma ética profissional a partir de uma construção coletiva, de projetos coletivos que intrínsecos na realidade reafirmam ou negam determinada condição posta. Assim, compreender a ética profissional e sua consubstanciação nas ações prático-transformadoras parte de um entendimento que os projetos profissionais podem romper com as amarras históricas de uma sociedade conservadora, ou por outro caminho, reafirmar a condição acrítica e antidemocrática de um determinado sistema. O projeto profissional do Serviço Social está escrito sob uma luta endógena de romper com o conservadorismo presente na profissão, e hoje, considerado como projeto societário, como aponta José Paulo Netto, o Serviço Social se insere na contemporaneidade, a partir das lutas sociais exógenas, com a perspectiva de transformação social e política do homem e do coletivo, processo de reconhecimento do homem como ser histórico e social. Pensar neste projeto que se torna coletivo, é entendê-lo com uma valoração ética e política, é compreender o modo, então, de fazer e apontar tais valores a partir de ações coletivas, que interpretam e interpenetram as transformações societárias e seus impasses e inflexões sociopolíticos e ideoculturais. Assim se constrói o projeto ético-político do Serviço Social.

Palavras-chaves: Ethos. Ética. Projeto Profissional. Serviço Social

ABSTRACT: *The debate of professional ethos begins with the construction of a professional ethic from a collective construction, of collective projects which intrinsic in reality reassert or deny a particular condition settled. Thus, to understand the professional ethic and its consubstantiation in the practical-transformative actions came from the undernderstanding that the professional projects can break away from histories of a conservative society, or by another way, reaffirm the uncritical condition and undemocratic from a given system. The professional project of Social Work is written under an endogenous fight for break with the conservatism present in the profession and today, considered as corporate project, as José Paulo Netto says, the Social Work is inserted in the contemporaneity, from the exogenous social struggles with the prospect of social and political transformation of man and of the collective, the recognition process of man as being social and historical subject. Thinking about this project that becomes collective, is understand it with an ethical and political assessment, is to understand the way, then, to do and point those values from collective action, which interpret and interpenetrate corporate transformations*

* Assistente Social do Hospital Universitário da Universidade de Uberaba. Docente do curso de Serviço Social.

** Assistente Social graduada em Serviço Social pela Universidade de Taubaté – UNITAU. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Docente da Universidade Nove de Julho - UNINOVE. .

and their dilemmas and socio-political inflections and ideoculturais. And this is how to build na ethical-political project of the Social Work.

Keywords: *Ethos. Ethic. Professional Project. Social Work*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ETHOS PROFISSIONAL, PROJETO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A construção do ethos profissional em Serviço Social está recrudescido nas lutas sociais, no reconhecimento histórico e social dos homens, e na busca constante de romper a essa sociabilidade determinada. Por ethos profissional compreende-se:

[...] é um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ideo-culturais e as possibilidades de escolha inseridas nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade. (BARROCO, 2006, p. 68)

A congruência entre ethos e o projeto profissional está numa construção coletiva de profissionais de uma área específica que tem uma idéia de sociedade construída, que podem trabalhar na manutenção dessa sociedade, pois já estão de acordo com os ideais construídos. Como também, ao contrário disso, lutarem por uma transformação societária, pois acreditam que a sociedade na maneira que está posta não deve continuar. Estes projetos coletivos, aqui, podem ser apreendidos como projetos profissionais, pois “na vida social existem projetos individuais, coletivos e societários. Os profissionais são de caráter coletivo; supõe uma formação específica, uma organização de cunho legal, ético e político”. (BARROCO, 2008, p. 65). Netto apresenta os projetos profissionais da seguinte maneira:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais

e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, como outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, apud BARROCO, 2008, p. 65)

A partir disso podemos afirmar que para a construção de um projeto profissional, deve se considerar algumas determinações, deve atender a necessidades sociais, produzir resultados objetivos com implicações e desdobramentos sociais, éticos e políticos.

A organização e mobilização para a construção de um projeto profissional apontam certas finalidades e valores comuns, dando a organicidade e direção para este projeto. Segundo Barroco (2008, p. 66):

[...] esse aspecto, no entanto diz respeito ao movimento interno da profissão, o que não existe sem mediações externas. A cultura, em geral, e a moral em especial, são mediações determinantes na configuração da moralidade dos agentes influenciando sua ética profissional.

A partir deste ponto indicamos que a ética profissional por razões particulares também se articula com os projetos societários, pois tratam de:

[...] projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-las e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em projetos para o conjunto da sociedade” (NETTO, apud BARROCO, 2008, p.66).

Sendo assim os projetos societários mediam com as profissões. Para o Serviço Social, na contemporaneidade, esta relação está baseada em fundamentos congruentes à construção da cidadania, entre eles podem ser citados o reconhecimento da

liberdade, o compromisso com a autonomia e a emancipação política social dos indivíduos, reconhecendo estes com ser social. Outras questões permeiam este compromisso profissional, como a competência e o aprimoramento profissional com a formação acadêmica qualificada e com os serviços prestados.

Para Maria Lucia Barroco “os projetos societários estabelecem mediações com as profissões na medida em que ambos têm estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas.” (Barroco, 2008 p. 66). Tal citação nos evidencia que, o projeto profissional compreendido como projeto societário está construído sob determinações históricas, fundamentado por aportes éticos e políticos, e que mantém uma relação consubstancial entre o profissional e a realidade. Desta forma, para compreendermos e construirmos esta relação da ética com o projeto profissional há a necessidade de remeter às determinações históricas que consubstanciaram o ethos profissional, ou seja, sua configuração tradicional; e ainda, a moral e a ideologia.

2 O ETHOS NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: AS CONFIGURAÇÕES DA ÉTICA TRADICIONAL

No processo histórico do Serviço Social, o arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão passou por transformações que acompanharam as mudanças estruturais e conjunturais do país, refletindo diretamente no exercício profissional dos assistentes sociais. Estas transformações fazem parte de uma relação intrínseca entre a formação profissional e o processo de trabalho, pois como especifica Barroco (2006, p. 68):

As necessidades históricas que legitimam as profissões na divisão sócio-técnica do trabalho vinculam-se a determinada sociabilidade, em que se inserem os modos de consciência moral relativos a valores culturais, normas e princípios éticos que, uma vez legitimados socialmente, (re) criam novas necessidades e alternativas de valor. Estas por sua vez, se articulam a expectativas

sociais referentes ao desempenho de papéis que, culturalmente internalizados, rebatem nas profissões de modo peculiar.

O Serviço Social na sua gênese é desenvolvido no país para atender as necessidades do capitalismo e do Estado, apoiado na doutrina social da Igreja Católica na perspectiva de recristianização da sociedade, tendo por objetivo remediar as deficiências dos indivíduos e no ajustar a população à ordem social que a ela era imposta. Permeada de determinações, a ação profissional respondia a várias condições sociais, interferindo assim em sua concepção ética e no seu modo de ser – ethos.

O arcabouço do Serviço Social está apoiado em uma concepção de sociedade em início de formação econômica, política e social. As determinações são dadas por organizações alienantes, formadas pelo Estado, burguesia e Igreja; suas ideologias são fortemente impostas na e para ação profissional no enfrentamento da questão social.

O Serviço Social vincula-se às demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das seqüelas da “questão social”, por parte do Estado e das classes dominantes, no contexto do capitalismo monopolista.... Essa consideração permite que visualizemos determinadas tendências éticas históricas no Serviço Social, em nível mundial, mas que se configuram modos específicos em cada contexto e momento histórico, dentre elas o conservadorismo moral. (BARROCO, 2008, p. 73).

Neste período (décadas de 1930 à 1960), vários movimentos sociais ocorriam devido à intensificação da industrialização, diante disso era necessário manter o controle e a submissão dessas pessoas. O Serviço Social surge no momento de expansão do modo de produção capitalista – capitalismo monopolista -, e com um sistema de acumulação de riqueza exacerbado. A questão social e suas manifestações eram interpretadas como uma questão de ausência de moral e intelecto natural, e isso, causaria à classe trabalhadora ou proletária sua exclusão da sociedade dita normal.

[...] o tratamento moral da ‘questão social’ é uma resposta política da várias forças sociais ao potencial emancipador das lutas proletárias; uma reação de caráter conservador que perpassa pelas estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica e pelo Serviço Social no contexto de sua origem. (BARROCO, 2006, p. 83)

A moralização da questão social faz a moral tornar-se moralismo, e esta ação é uma das características das configurações éticas deste período, dentro de uma ideologia que acentuava o conservadorismo moral, garantia a reprodução do ethos burguês, o projeto social da Igreja Católica e a cultura positivista. Uma das formas de propagar a moral a partir desta concepção positivista pelo Serviço Social foram as peculiaridades naturais, naquela época, da mulher, ou seja, seus valores naturais contribuiriam para a propagação da doutrina social positivista.

O pensamento positivista comteano explica e justifica ideologicamente a ordem social burguesa e uma de suas peculiaridades reside em seu tratamento moral dos conflitos e contradições sociais. Seu conservadorismo, expresso em sua defesa da ordem e da autoridade, aliado à idéia de uma ordem social naturalmente “harmônica”, possibilita que as lutas sociais sejam vistas como “desordem” que a educação moral pode superar. A articulação entre a “harmonia” social e a ação moral tem como fundamento a valorização do altruísmo e da persuasão em busca da coesão social”. (BARROCO, 2008, p. 77).

Sob esta construção histórica e social da profissão, o perfil profissional estava agregado a uma ideologia neotomista e fortemente marcado por uma questão de classe, pois, as assistentes sociais pertenciam à classe burguesa, e a elas eram exigidos, segundo Castro (2000, p. 104) “a sua experiência de vida, a sua educação familiar, a sua moralidade sólida, a sua honorabilidade e, naturalmente, a sua militância religiosa”, para atuarem na ação

social, lembrando que a profissão era predominantemente feminina e ideologicamente burguesa.

As concepções neotomistas, metafísicas e humanistas daquela formação descrita no início, formularam uma ética moralista, moralizadora e moralizante, embasando os assistentes sociais do mais puro sentimento cristão, humanista-voluntarista. Refletindo para a reprodução de uma sociedade na perspectiva positivista-funcionalista, marcadamente ajustadora, constituindo esta ética em um instrumento balizador das relações entre as classes trabalhadoras, favorecendo sempre as classes dominantes. (SANTOS, 2009, p. 8).

Como pôde ser observado, na configuração tradicional da profissão estão presentes, até o momento, três fundamentos filosóficos da ética profissional, são eles: o conservadorismo, o positivismo e o neotomismo. Segundo Barroco (2006) e Gouldner (1970, apud BARROCO, 2006):

- Conservadorismo: Valoriza o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem.
- Positivismo: Pressupõem que os valores morais compartilhados que não reproduziam a ordem não eram ‘realmente’ valores morais.
- Neotomismo: Ao obedecer às leis morais, os homens realizam sua ‘essência’, o que os aproxima de Deus, fontes dos valores universais.

A consonância entre as correntes acima citadas e o sistema de produção vigente, permite que as relações sociais de produção sejam naturalizadas, e que os sujeitos intrínsecos a ela estejam neutralizados de sua consciência de classe. O capitalismo provoca cada vez mais o antagonismo de classes, evidencia a moral e a ideologia burguesa, moralizando a questão social.

Outra forma de responder a questão social encontrada pelo Estado é a criação de políticas sociais, forma de amenizarem os conflitos sociais, de manterem a ordem, o consenso e a coerção. A relação política entre o povo e o Estado era contida às normas e exigências de leis segmentadas, à doutrina e especulação da

sociedade capitalista frente às manifestações populares que se engendravam. Para Barroco (2006, p. 88):

[...] as políticas sociais reproduzem a alienação: a sociabilidade se expressa como dependência, os direitos sociais aparecem como benefícios, o que conduz ao reconhecimento da face humanitária do Estado e ao ‘auto-reconhecimento’ do indivíduo como subalterno.

As políticas sociais, desta forma, permitem ao Estado a manutenção ideológica e social de produção, mantém a relação de benevolência do Estado frente a sociedade, expressando assim uma política compensatória às desigualdades sociais produzidas nesta mesma sociedade que determina esta relação. Dentro da história brasileira há autores que apontam as políticas sociais como uma conquista das manifestações sociais, a luta social por direitos e garantias aos bens e recursos; apontando ainda a relação do surgimento das políticas sociais e o Serviço Social. Iamamoto trata das políticas sociais como leis sociais e descreve com sabedoria uma característica eminente desta relação, o momento em que a questão social deixa de ser um predicado natural, teologicamente falando, dos pobres e passa a ser uma consequência do capitalismo.

As leis sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade. Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para se constituir-se essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independente do pleno amadurecimento das condições necessária a superação. (IAMAMOTO, 2007, p. 126-127)

Assim, observa-se que intrínseco ao ethos profissional do Serviço Social está a relação ético-política frente as determinações

e transformações históricas presentes na sociedade, seja cultural, econômica, política e social. E que neste contexto as configurações da ética tradicional estão fundamentadas no conservadorismo, no positivismo e no neotomismo.

Na gênese do Serviço Social a ação profissional atendia aos anseios do Estado e da burguesia no controle e manutenção da sociedade perante as manifestações que se engendravam, reproduziam as relações sociais de produção determinadas pelo capitalismo, assim reproduziam o antagonismo de classes, como citado anteriormente.

O trabalho profissional estava agregado a uma ideologia neotomista, consoante a ideologia burguesa apresentava um cariz positivista, pois qualquer revolução ou transformação social é tida como desarranjo social, e para manter coeso o sistema, esta concepção ideológica apoiava-se na moral, tendo-a como o esteio das relações e do bem comum. Congruente ao trabalho profissional, as formações profissionais, que na sua origem, estava intrínseca e ligada a Igreja Católica, surge para capacitar seus agentes sociais nas suas ações assistenciais e filantrópicas, baseada no neotomismo e no positivismo.

[...] rica em informações acerca do itinerário que leva dos intentos de racionalização da assistência (a partir da segunda metade do século XIX) à criação dos primeiros cursos de Serviço Social (na passagem do século XIX ao XX), está predominantemente assentada numa tese simples: a constituição da profissão seria resultante de um processo cumulativo, cujo ponto arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o evolver como que desenharia um *continuum*. (NETTO, 1992, p. 65-66).

Desta forma, reafirmam-se os princípios éticos do Serviço Social em sua gênese, delineando assim o seu ethos, que para Barroco (2006, p. 99) “[...] um ethos rigidamente fundado na defesa da autoridade, da ordem e da tradição, o conservadorismo moral é uma forma de alienação moral: reproduz o preconceito e se opõe à liberdade”. Evidencia-se assim o ethos tradicional na gênese do Serviço Social.

Relacionado a este processo de formação e trabalho profissional na protoforma do Serviço Social, está a sistematização desta ética profissional, expressão formal de seu ethos, estamos falando dos Códigos de Ética. Neste momento ressalta-se Barroco que deixa claro, e especifica que frente a complexidade da ética profissional ela não deve ser tratada apenas em sua formalização, pois:

[...] no campo da ética não é possível se eximir de escolhas e de responsabilidades, daí a importância do trabalho educativo, do debate coletivo, da participação cívica e política que vincula a profissão à sociedade e exercita os profissionais para uma vivência comprometida com escolhas de valor (BARROCO, 2006, p. 18).

Percebe-se que para analisar e efetivar a ética profissional, o assistente social deve superar a formalização do Código, ou seja, executá-lo, legitimá-lo dentro da realidade vivenciada nos processos de trabalho, frente às manifestações sociais, as diferenças e singularidades dos sujeitos sociais envolvidos.

Os Códigos de Ética do Serviço Social representam o norte da atuação profissional, o aporte ético-político da profissão. Dentro do contexto histórico-social, os respectivos Códigos (1948, 1965, 1975, 1986 e 1993) expressam a realidade apresentados a profissão em cada momento da história do país, aponta para a ação profissional frente sua competência ético-político, e as respostas às demandas postas a profissão.

Nos Códigos de 1948, 1965 e 1975 existem semelhanças claras, todos estão apoiadas no conservadorismo e no tradicionalismo, concepções positivistas; apresentando ainda o neotomismo e a fenomenologia. O Código de 1986 apesar de superar os Códigos

anteriores apresenta uma defasagem na sua concepção teórica frente o marxismo, pois neste momento essa corrente teórica já permeia as relações de trabalho e o debate acadêmico. Já o Código de 1993 rompe com todo o conservadorismo, pragmatismo e a neutralidade crítica do profissional frente à questão social; evidência as políticas sociais como aporte de trabalho na luta pela cidadania e equidade.

A reflexão teórica marxista forneceu as bases para uma compreensão crítica do significado da profissão, desvelando sua dimensão político-ideológica, mas não a desvendou em seus fundamentos e mediações ético-morais; explicitou os fundamentos do conservadorismo e sua configuração na profissão, o que não se desdobrou numa reflexão ética específica. A prática política construiu, objetivamente, uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos (BARROCO, 2006, p. 177)

A partir do contexto supracitado, indentifica-se o momento de ruptura da ética tradicional e o introduzir-se da ética contemporânea com base no marxismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RUPTURA DA ÉTICA TRADICIONAL, A CONCEPÇÃO MARXISTA NA COMPETÊNCIA ÉTICO-POLÍTICO DA PROFISSÃO

Para analisarmos a ruptura da ética tradicional no Serviço Social torna-se necessário uma recuperação histórica, rememorar os momentos intrínsecos a profissão que congruentes ao contexto político-social do país, engendra no processo de formação e de trabalho a concepção marxista, rompendo enfim com a ética tradicional e suas correntes filosóficas.

Abramides (2007) destaca que o projeto profissional no processo de ruptura com o conservadorismo se evidencia com a conjuntura político-social do país a partir das lutas sociais com a Ditadura, entre as décadas de 1960 e 1980, e o enfrentamento ao Neoliberalismo, final da década de 1980 até a atualidade, na

luta pelo projeto profissional em consonância aos interesses da classe trabalhadora.

Na década de 1960 a formação e o trabalho profissional, com já mostrado anteriormente, atendiam aos métodos positivista-funcionalistas, métodos introduzidos a partir de concepções teóricas americanas e franco-belga, que provocavam uma ação pragmática e atribuída à profissão.

A prática profissional deveria ser instável a mudanças, reafirmando sua função educativa, praticista e conservadora aos ideais impostos pelo Estado. Este engessamento da profissão permitiu fácil cooptação do Serviço Social pelo novo sistema governamental a que se engendrava no país. Momento de imposição da Ditadura Militar (1964), que provoca transformações relevantes no Serviço Social, pois para Netto (2005) este regime castrava qualquer manifestação cultural, limitava toda a produção de conhecimento e pesquisa, e mantinha sob seus ditames toda a educação nacional. Esta subordinação provocou neutralidade à formação, que repercutiu diretamente nos trabalhos científicos, mantendo uma instabilidade entre teoria, pesquisa e prática social. Observa-se um esvaziamento cultural, formavam-se profissionais aptos à reprodução ideológica e funcional do governo.

Este posicionamento atinge a formação profissional dos assistentes sociais; pois a relação entre formação e atuação, ou seja, teoria e prática, estavam atreladas a uma ideologia imposta pelo Estado. E talvez por causa disso mesmo, na década de 1970, surge no interior das universidades um pensamento estruturalista, em concepções baseadas em tendências que vão desde a antropologia estruturalista de Levi-Strauss ao estrutural marxismo de Althusser, segundo Netto (2005), mesclada a uma militância política baseada em Lênin, Trotsky, Mao, Guevara de acordo com Iamamoto (2006). Porém, esse marxismo que se apresentava assim enviesado, com interpretações e concepções sem Marx, doravante será o impulsionador da teoria crítica para a profissão. Para Iamamoto (2006, p. 211):

Apreciando tais caminhos teóricos, que moldaram o acercamento da Reconceituação aos múltiplos “marxismos”, constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx. Em Outras palavras: foi a aproximação a um marxismo sem Marx.

Neste período, o Movimento de Reconceituação desenvolvido na América Latina, segundo Netto (2005), buscava a erosão do tradicionalismo intrínseco no Serviço Social. Neste contexto, o Brasil possui suas especificidades que se relacionam a autocracia burguesa e as Universidades, pois é nas academias que se inicia todo o processo de tentativa de ruptura com o sistema vigente, e na tentativa de romper com uma formação aclassita, acrítica, ahistorica, ou seja, a partir da reconceituação do Serviço Social com a aproximação marxista.

O materialismo histórico é a fundamentação do marxismo que Segundo Trivinos (1987, p. 51) “busca nas formações sócio-econômicas e nas relações de produção os fundamentos verdadeiros das sociedades”; reconhece a historicidade e a prática social do homem, como parte essencial do desenvolvimento das sociedades, como também a consciência política, em meio às relações de produção e sua posição antagônica entre classes sociais. Construídas por Marx e Engels, esta perspectiva se apresenta à profissão a partir da década de 1980, estando recrudescida no Serviço Social e se faz contemporânea ao trabalho e formação profissional.

A partir deste momento, a consciência de classe política da profissão é externada na tomada de consciência de classe trabalhadora; o assistente social começa a se posicionar como tal, estando inserido nas relações de trabalho, na divisão social e técnica do trabalho. Frente a estas ideologias e teorias, alguns profissionais construíram críticas e posições contrárias àquelas que se enquadravam a ideologia burguesa.

Netto (2005) constrói uma crítica sob este período e a denomina, de intenção de ruptura. Para ele, todo movimento que perpassou os seminários/encontros com objetivo de romper com o positivismo-funcionalismo encontrado nos métodos utilizados pelo Serviço Social, intrínseco na prática e na formação profissional,

não obteve o resultado esperado. Porém, tem-se que considerar que os mesmos fazem parte de um processo histórico da profissão e que seus resultados trouxeram sustentação teórico-metodológica para o Serviço Social.

A partir deste momento histórico-social da profissão, muitos profissionais reforçam na Teoria Crítica a fundamentação teórica para a renovação da profissão, passam a identificar a relação existente entre a formação e a ação profissional com a realidade social do país, reconhecendo a historicidade e a identidade político-social do homem em suas relações.

As transformações que perpassam a sociedade neste momento, fim da década de 1980 e início de 1990, frente às inflexões econômicas e sociais do país que se intensificam e em conjunto com as manifestações populares e operárias, exemplo é o movimento das Diretas Já, está sendo criada e promulgada a Constituição Federal de 1988. Com isso, aumenta os espaços e as discussões frente às políticas sociais públicas e privadas, desenvolvem-se novas Leis e regulamentações, servindo estas de aporte a profissão, principalmente na relação dos direitos sociais; mas o neoliberalismo que segue pela década de 1990 cria barreiras e desfaz conquistas político-sociais.

Abramides (2007, p. 37) aponta como “conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura como conservadorismo”; o Código de Ética de 1993; a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993); as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social de 1996, e ainda as legislações sociais.

As leis e regulamentações acima citadas dão sustentação ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que segundo Netto (1999), faz parte de uma história recente do Brasil e da profissão. Tudo inicia na década de 1970 perpassando à década de 1980 quando a profissão se posiciona contrária ao conservadorismo profissional.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se apresenta abrangente e inacabado, pois, é algo em construção que concomitante à realidade do país sofre por mudanças de acordo com as exigências apresentadas à profissão. Mas há algo de extrema relevância que

Netto (1999) discute frente a este Projeto, é o seu antagonismo a ordem societária burguesa neoliberal, para ele “ [...] este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes na vida social brasileira” (ibidem, p. 106). Para Mészáros (2002) com abordagem de Abramides, (2007, p. 43-44):

O balanço do processo de ruptura profissional a ser por nós coletivamente realizado em um processo contínuo ocorre em um período de aniquilamento de direitos sociais e trabalhistas e de retração de políticas públicas para atender a novos padrões de acumulação colocados pela estrutura orgânica metabólica destrutiva do capital.

Sendo assim, evidencia-se a luta constante frente às desigualdades sociais, ao descaso com a população, a precarização dos bens e recursos socialmente produzidos, ao neoliberalismo, e parafraseando Marilda Vilela Yamamoto, ação profissional no enfrentamento da naturalização da questão social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2007, n. 91, p. 34-48.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética fundamentos sócio-histórico. In: Biblioteca Básica do Serviço Social, Volume 4. São Paulo: Cortez editora, 2008.

_____. Ética e Serviço Social fundamentos ontológicos. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do SS na América Latina**. 5. ed. Revisada. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO & CARVALHO, Marilda Villela, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboços de uma interpretação histórica – metodológica.** 21 Ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru. : CELATS, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB., Mod. 1, p. 91-110, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do SS no Brasil pós-64.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Rosemeire. **A dimensão ética e moral na perspectiva do Serviço Social.** Minas Gerais: UNIUBE, 2009.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **INTRODUÇÃO à pesquisa nas Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987